



## Um trimestre de mobilização por tarifas mais baratas, qualificação do transporte e paz no trânsito

**O** 1º Encontro Nacional do MDT, realizado nos dias 6 e 7 de agosto de 2004, em São Paulo, teve 300 participantes, representando setores que apóiam o movimento desde a primeira hora: organismos da administração pública nas três esferas de governo, o setor privado – indústria e operadores rodoviários, de trens e metrô – e outros segmentos organizados da sociedade, em especial entidade dos movimentos sociais e populares – Central Nacional de Movimentos Populares (CMP), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e União Nacional por Moradia Popular (UNMP), com com 115 lideranças presentes.

Foram aprovadas as linhas gerais do documento elaborado pelo Secretariado do MDT (ver [www.antp.org.br](http://www.antp.org.br)). Aprovou-se ainda a luta por um pacto federativo, tendo como carro chefe o fornecimento de diesel para o transporte coletivo com 50% de desconto, financiado pelo aumento de 5% da gasolina, e medidas como isenção do ICMS para o diesel e veículos, tributação pelo faturamento, ISS e taxa de gerenciamento limitados a 5%, e controle de gratuidades, o que pode trazer redução superior a 20% nas tarifas.

Quanto à qualidade, o encontro referendou principalmente a proposta de destinação de recursos da cidade para o transporte público urbano (100% do que cabe ao municípios, 50% das parcelas dos Estados e 25% do que toca à União). As lideranças dos movimentos sociais e populares levaram o documento, para discussão em suas entidades e encaminharam suas sugestões.

**Paz no Trânsito.** A ANTP defende que a Semana de Trânsito – comemorada em setembro, sob coordenação do Denatran – tenha maior participação do Ministério da Saúde e seja transformada na Semana da Paz no Trânsito, constituindo ponto de partida para reflexões na sociedade e ampliando a conscientização sobre o quanto é inadiável reduzir o número de mortos e de feridos em ocorrências de trânsito.

O momento é propício para ampliar a adesão ao *Manifesto pela Paz no Trânsito*, que diagnostica a violência no trânsito e mostra ser possível criar a paz no trânsito, indicando doze ações emergenciais. O *Manifesto* foi preparado por oito organizações, incluindo a ANTP, e obteve apoio de mais de cem entidades ([www.antp.org.br](http://www.antp.org.br)).

É hora de retomar iniciativas de êxito no *Dia Mundial da Saúde – Segurança no Trânsito*: a campanha em favor da *Faixa da Vida* (personalidades deixam-se fotografar, atravessando a faixa de pedestres e defendem do respeito a essa convenção e às pessoas) e o *Minuto da Paz*, em que organismos públicos, com apoio da sociedade civil, em data previamente divulgada, organizam a paralisação do tráfego em determinada área da cidade, por um minuto, assinalando a importância de haver paz no trânsito.

112 JULHO/AGOSTO 2004

I N F O R M A T I V O

112

JULHO/AGOSTO  
DE 2004

ANTP

CASA DA MOBILIDADE CIDADÃ

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS-ANTP

POLÍTICA NACIONAL

DE MOBILIDADE CIDADÃ

## Conselho das Cidades quer redução do custo do óleo diesel, liberação do Funset e apoio à jornada mundial ‘Na Cidade sem Meu Carro’

**E**m sua segunda reunião de trabalho, nos dias 15 e 16 de junho de 2004, em Brasília, o plenário do Conselho das Cidades aprovou resolução apoiando o pacto federativo para reduzir os custos do transporte coletivo urbano e baratear as tarifas para a população, em especial, a redução de 50% no custo do óleo diesel usado nos ônibus urbanos, acompanhada da diminuição de 10% nos preços das tarifas – conforme defende o Movimento Nacional Pelo Direito ao Transporte Público de Qualidade para Todos (MDT), cuja coordenação nacional é exercida pela ANTP.

Para lastrear sua decisão, o plenário do Conselho das Cidades pondera que o óleo diesel teve, nos últimos três anos, aumento de 93% contra 23% da gasolina, e que o preço do diesel é uma das principais causas dos aumentos tarifários, e, em consequência, do agravamento da exclusão social no transporte público nas cidades brasileiras. “Com este pacto federativo, a população brasileira urbana e os municípios ganham com a inclusão, o desenvolvimento social, a geração de empregos e a melhoria da qualidade de vida; e o País como um todo ganha em cidadania”.

**Liberação do Funset.** Levando em conta o grande número de acidentes de trânsito no País – cerca de 40 mil mortos e 350 mil feridos por ano – e a urgência de medidas de educação e segurança no

trânsito para inibir a violência, o plenário do Conselho das Cidades resolveu também requerer do governo federal a imediata utilização dos recursos contingenciados do Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito (Funset).

Segundo a resolução, esses recursos devem ser “aplicados em um Programa Nacional de Paz no Trânsito em cidades de todo o País, por meio de ações, programas e campanhas educativas, e demais medidas de coibição da violência no trânsito”.

**Sem o carro.** Considerando a necessidade de haver pelo menos um dia no ano para reflexão sobre o que a utilização do automóvel acarreta para as cidades — violência no trânsito, congestionamentos, poluição atmosférica e a perda da qualidade de vida —, o plenário do Conselho das Cidades aprovou resolução conclamando prefeitos e a sociedade civil para se engajarem na *Jornada Mundial “Na Cidade Sem Meu Carro”*, que preconiza para o dia 22 de setembro de cada ano a criação de uma área da cidade protegida dos automóveis, na qual possam circular apenas pedestres, ciclistas, veículos de transporte público, como ônibus e táxis, além de viaturas de serviços públicos essenciais. A *Jornada Mundial “Na Cidade sem Meu Carro”* é oficialmente coordenada no Brasil pelo Instituto RUA VIVA, com apoio da ANTP.

## A incumbência de apresentar normas e diretrizes para políticas urbanas

**C**om 71 membros, representando as três esferas de governo, movimentos populares, trabalhadores e setor empresarial, além de organizações não-governamentais, o Conselho das Cidades tem como incumbência apresentar normas e diretrizes para a aplicação das políticas urbanas e para definição e distribuição do orçamento do Ministério das Cidades. A presidência é exercida pelo ministro das Cidades, Olívio Dutra.

A ANTP faz parte do Conselho Nacional das Cidades, representada por

seu diretor-executivo, Nazareno Affonso. Têm assento no conselho entidades aliadas da ANTP, como o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes de Transporte Urbano e Trânsito, a Confederação Nacional de Trabalhadores em Transporte (CNTT/CUT), a Associação Nacional das Empresas de Transporte Urbano (NTU), o Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNUR) e organizações do movimento popular. A Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET) está na suplência.

I N F O R M A T I V O ANTP 1